
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025.

Data e horário: Aos vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, às 8h30, na sede do instituto.

Presentes estavam: ADELSON CHAVES DOS SANTOS e VALÉRIA SERRA DE FREITAS GUIMARÃES representantes dos servidores ativos, MONICA CIRELLI DE CELLIO, representante dos servidores inativos, ADEMIR PEREIRA, representante do Poder Executivo e REGINALDO APARECIDO NAVES representante do Poder Legislativo.

Ordem do dia:

1. Apreciação da ata anterior.
2. Discussão acerca do Relatório anual do conselho fiscal e análise dos dados relativos de 2024
3. Análise dos trabalhos realizados pela atual composição deste Conselho e elaboração de recomendações.

A reunião iniciou às 8:30 e foi conduzida pelo Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Reginaldo Aparecido Naves, e contou com a presença dos conselheiros Adelson Chaves dos Santos, Ademir Pereira, Monica Cirelli de Cellio e Valéria Serra de Freitas Guimarães. O Presidente deu início aos trabalhos agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância da reunião anual de prestação de contas.

Em razão da quantidade de demandas a serem discutidas, foi estabelecido que a reunião seria realizada em duas partes, com os membros retornando à tarde para dar continuidade aos trabalhos.

Em seguida, passou-se à leitura da pauta da reunião e início dos trabalhos.

Item 1º da ordem do dia.



1

Foi realizada a apreciação da ata da reunião anterior, não havendo votos contrários à sua aprovação.

Item 2º da ordem do dia.

Na segunda ordem do dia, foram tratados os itens relativos ao Relatório Anual de Prestação de Contas, os quais foram analisados e discutidos pelos presentes. Não houve votos contrários quanto ao conteúdo apresentado no relatório final.

Análise das Receitas Previdenciárias de 2024

Foram apresentados e discutidos os dados preliminares relativos aos repasses da Prefeitura, da Câmara e da própria PAULIPREV, bem como os aportes previstos em legislação. A regularidade dos repasses está de acordo, e será devidamente registrada no relatório final.

Compensação Previdenciária – COMPREV

Verificou-se o aumento e continuidade do processo de compensação junto ao INSS e demais entes federativos. Os valores recebidos e os processos em tramitação serão atualizados no relatório anual.

Parcelamentos de Débitos Patronais e Convênios

A situação dos parcelamentos vigentes e convênios foi debatida, não havendo, até o momento, registro de inadimplência.

Receitas com Investimentos

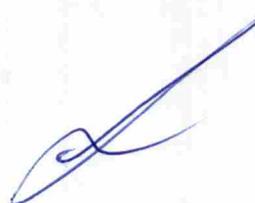
A rentabilidade da carteira de investimentos de 2024 foi destacada, considerando o batimento da meta atuarial vigente. Os dados analíticos e comparativos serão inseridos no parecer técnico.

Despesas Previdenciárias e Administrativas

Houve análise das despesas com aposentadorias, pensões, sentenças judiciais, bem como os gastos administrativos da autarquia. Os conselheiros enfatizaram a importância do controle rigoroso das despesas administrativas frente ao aumento do número de beneficiários, assim como o de sentenças judiciais.

Avaliação Atuarial e Certificado de Regularidade Previdenciária

O Conselho Fiscal recebeu cópia dos estudos atuariais referentes ao ano de 2024, bem como foi informado sobre a obtenção e a regularidade da Certidão de Regularidade Previdenciária (CRP) administrativa, cuja documentação foi disponibilizada pelo setor competente da PAULIPREV. Destaca-se, ainda, o aumento do déficit atuarial, que será abordado de forma mais detalhada no relatório final.



Carteira de Investimentos e Conformidade com a Política de Investimentos

Discutiu-se a composição da carteira, os fundos utilizados, a conformidade com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e eventuais desenquadramentos e realocações justificados ao longo de 2024. A atuação do Comitê de Investimentos novamente foi elogiada. Observou-se a realocação de valores em títulos públicos, com rendimento superior à meta atuarial.

Deliberação sobre o Parecer do Conselho Fiscal

Deliberou-se que, após consolidação dos dados financeiros e contábeis de 2024, será emitido parecer final técnico do Conselho Fiscal sobre a prestação de contas do exercício, com base na documentação que está sendo analisada pelos membros do Conselho, na presente data.

Item 2º da ordem do dia (continuação)

No período da tarde, reuniu-se novamente o Conselho Fiscal nas dependências do PAULIPREV, com a presença dos membros supra mencionados, a fim de discutir sobre as necessidades vislumbradas ao longo dos últimos anos e propor medidas de aperfeiçoamento da gestão administrativa e previdenciária da PAULIPREV.

Durante a reunião, foram retomadas, apresentadas e debatidas as seguintes sugestões:

Realização do Censo Previdenciário em 2025

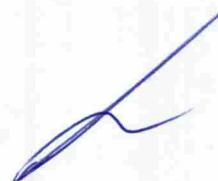
Com base no art. 9º da Portaria MPS nº 1.467/2022, foi destacada a obrigatoriedade do censo previdenciário para garantir a confiabilidade dos dados atuariais e administrativos do RPPS.

Preparação para Certificação Pró-Gestão Nível III

Início das ações para obtenção do Nível III do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS, conforme Portaria MPS nº 9.907/2020, priorizando boas práticas de governança.

Estabelecimento da Diretoria Administrativa e Segregação de Funções

Discussão sobre a estruturação organizacional que assegure a segregação de funções entre setores operacionais e financeiros, conforme orientações do TCE-SP e dispositivos legais.



Estudo de Viabilidade para Criação de Cargos Vinculados ao Pró-Gestão Níveis III e IV

Proposição de estudo técnico-jurídico para eventual criação de cargos estratégicos, considerando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Terceirização da Recepção do Instituto

Avaliação da possibilidade de terceirização da recepção, conforme parâmetros legais e jurisprudência do TCE-SP, para garantir eficiência administrativa.

Implantação da Ouvidoria Interna

Proposta de criação de canal interno de ouvidoria, alinhado ao Pró-Gestão e à Lei nº 13.460/2017, fortalecendo a participação e proteção dos segurados.

Inclusão da Remuneração do Comitê de Investimentos na Legislação Municipal

Propõe-se a atualização da legislação municipal (Lei 18 e suas alterações) para prever a remuneração dos membros do Comitê de Investimentos, em conformidade com a Portaria MPS nº 519/2011. A proposta visa adequar a norma local às disposições da Lei Complementar nº 118, de 22 de novembro de 2024, que conferiu ao Comitê de Investimentos a natureza de órgão colegiado, deliberativo e autônomo, reforçando a necessidade de reconhecer institucionalmente a responsabilidade e a complexidade das funções exercidas por seus membros.

Estudo de Viabilidade para Concessão de Empréstimos Consignados pelo RPPS

Relato do andamento da análise técnica e legal para implantação de linha de crédito consignado com recursos próprios, autorizada pela Portaria MPS nº 1.467/2022.

Estudo para Concurso Público e Adequação do Quadro de Pessoal

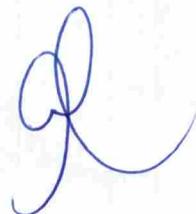
Avaliação da necessidade de recomposição do quadro funcional, com foco em cargos essenciais e extinção gradativa de funções não vinculadas à atividade-fim, e por exigência legal.

Manutenção de Guarda Armada nas Instalações da PAULIPREV

Reiteração, junto ao Ente Federativo, a importância da manutenção de segurança armada permanente, para proteção de servidores e segurados, em observância ao art. 144 da Constituição Federal.

Estudo para Aquisição ou Construção de Sede Própria

Discussão sobre a viabilidade de aquisição ou construção de sede própria da PAULIPREV, com foco em racionalização de gastos e fortalecimento institucional.



Acompanhamento das recomendações emanadas pelo Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS).

O Conselho Fiscal, ciente das recomendações emanadas pelo Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS) e atento às diretrizes voltadas à sustentabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Paulínia – PAULIPREV, entende ser fundamental manter constante acompanhamento, junto ao Ente Federativo, das discussões sobre eventual reforma previdenciária municipal.

Reiterou-se que a adoção de medidas estruturais, deve sempre observar o equilíbrio atuarial, a transparência e o respeito aos direitos dos segurados, sendo papel deste Conselho zelar pela boa governança e pelo cumprimento das normas vigentes. A atuação proativa e vigilante do Conselho Fiscal visa contribuir com a perenidade e a solidez do regime próprio de previdência, sempre em consonância com os princípios constitucionais e com os órgãos de controle e orientação.

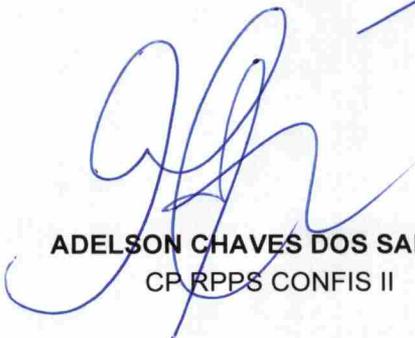
Encerradas as discussões e não havendo outras deliberações, a reunião foi finalizada. Lavra-se a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada por todos os presentes.

Os conselheiros expressaram seu agradecimento pela participação no Conselho Fiscal, reconhecendo a importância do trabalho conjunto e o empenho de todos ao longo do período. Desejaram, ainda, que a próxima composição do conselho dê continuidade ao trabalho desempenhado, mantendo o compromisso com a transparência, a excelência e a eficiência na gestão dos recursos e processos.

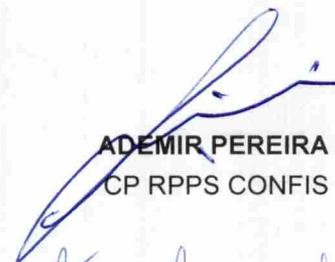
Paulínia, 29 de abril de 2025.



REGINALDO APARECIDO NAVES
Presidente Conselho Fiscal
CP RPPS CONFIS I



ADELSON CHAVES DOS SANTOS
CP RPPS CONFIS II



ADEMIR PEREIRA
CP RPPS CONFIS I



MÔNICA CIRELLI DE CELLIO
CP RPPS CONFIS I



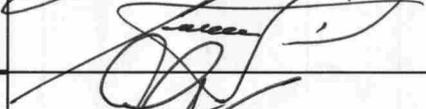
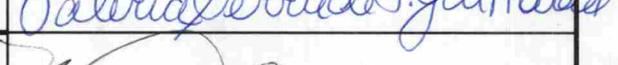
VALÉRIA SERRA DE F. GUIMARÃES
CP RPPS CONFIS I



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO FISCAL
29 de Abril de 2025

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ADEMIR PEREIRA	
2	REGINALDO APARECIDO NAVES	
3	ADELSON CHAVES DOS SANTOS	
4	VALÉRIA SERRA DE FREITAS GUIMARÃES	
5	MÔNICA CIRELLI DE CELLIO	